

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO PIAUÍ: O QUE MUDOU NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS.

Pamalla Graziely Carvalho Morais¹, Marlete Moreira Mendes Ivanov^{2*}

1. Estudante de ICV do curso de Engenharia Florestal do Campus Prof. Cinobelina Elvas, da UFPI
2. CPCE-UFPI – Departamento de Biologia / Orientadora

Resumo:

Nos últimos anos o Brasil tem discutido a importância de se preservar/conservar os recursos naturais e o meio ambiente como um todo. Apesar do aumento dos debates sobre a temática ambiental, pouco se tem feito no sentido de se conservar áreas expressivas que sirvam aos propósitos das leis sobre unidades de conservação. O estado do Piauí, considerado, atualmente, exemplo em termos de legislação e preservação ambiental, teve a primeira unidade de conservação (UC) federal estabelecida no ano de 1961 – o Parque Nacional de Sete Cidades, e a primeira UC estabelecida na esfera municipal foi decretada em 1960 – o Parque Ambiental de Teresina. O final da década de 80 e ao longo da década de 90 constituiu-se como o período onde mais UCs foram estabelecidas no Estado. Mendes (2008) contabilizou 39 UC no Estado do Piauí. Busca-se saber quais mudanças houve nesses últimos 10 anos em termos de UC piauienses. Foram realizadas consultas a sites oficiais (ICMBio, SEMARH, Codevasf etc), bem como aos decretos e planos de manejo das UC's, além de outros sites e documentos com informações necessárias. Os resultados apontam que atualmente existem 50 UC's no Estado entre estabelecidas e propostas, sendo a maioria (19) de gerenciamento do governo federal, com um acréscimo de mais de 200 mil hectares nos últimos dez anos. O bioma mais protegido no Estado é o Cerrado, com mais de 1,8 milhão de hectares em 11 unidades, nas três esferas de poder, seguido pela Caatinga, com mais de 700 mil hectares protegidos em 14 unidades. Dessa forma, considerando a área total do Estado, pouco mais de 11% das terras piauienses estão protegidos em unidades de conservação, o que há dez anos atrás era de aproximadamente 10%. Um percentual significativo quando comparado a outros estados brasileiros.

Autorização legal: Essa pesquisa não requer autorizações legais.

Palavras-chave: Biomas piauienses; Unidades de Uso Sustentável; Unidades de Proteção Integral.

Apoio financeiro: Não há apoio financeiro para esta pesquisa.

Introdução:

Devido à crescente pressão antrópica sobre os recursos naturais, com elevados percentuais de desmatamento e redução acentuada de áreas naturais, o governo brasileiro instituiu o Sistema de Unidades de Conservação (SNUC), através da Lei 9.985 (BRASIL, 2000), a qual regulamenta o estabelecimento e as categorias de unidades de conservação (UC's) brasileiras. Essa legislação é fruto de muitos anos de debates e conferências sobre a necessidade de implantação de áreas protegidas que ocorreram por todo o mundo.

Os percentuais de áreas protegidas no mundo são baixos, variando de 2,5% na União Soviética a 8,1% na América do Norte (BRITO, 2000). Esses dados, embora antigos, não devem ser muito diferentes dos que temos na atualidade. Em 2010, o Brasil mantinha 310 UC's federais, com área pouco superior a 750 mil quilômetros quadrados (MEDEIROS; YOUNG, 2011), o que equivale a, aproximadamente, 6,7% do território brasileiro, devendo ser adicionadas ainda as áreas das UC's estaduais, municipais e particulares.

As unidades de conservação surgiram em terras brasileiras devido à notável destruição dos biomas. Os mais afetados são a Mata Atlântica, do qual restam somente 8% da mata original, e o Cerrado, coberto por apenas 51,5% de vegetação remanescente, estando estes dois entre os mais ameaçados do mundo. Com perda de 7,5% da cobertura original em seis anos, somente 2,2% de Cerrado estão protegidos em unidades de conservação (MACHADO et al., 2004; MMA/IBAMA/PNUD, 2009). Além destes, nota-se também um crescente desmatamento em áreas de Caatinga, a qual ocupa, aproximadamente, 10% do território do país, da qual restam apenas 50% da área original e cujo desmatamento alcança a média de 365 mil hectares por ano (SUZUKI, 2007). De acordo com Camacho e Baptista (2005) somente 3,56% da Caatinga encontra-se em unidades de conservação federais.

O estado do Piauí possuía, até 2008, 39 UC's, perfazendo uma área de pouco mais de 27 mil quilômetros quadrados ou aproximadamente 10% da área do Estado, com propostas para criação de corredores ecológicos e outras UC's (MENDES, 2008). Tem-se observado que pouca atenção tem sido dada às unidades de conservação nos últimos anos, com ameaças constantes de fechamento de algumas delas devido ao total descaso com as mesmas. No Estado do Piauí existem importantes UC's federais, as quais são as mais abrangentes no Estado em termos de área e que correm risco de fecharem. Busca-se, com esta pesquisa, atualizar os dados das UC's piauienses, com relação aos dados publicados em 2008.

Metodologia:

A pesquisa tem sido desenvolvida através de levantamento bibliográfico (sites, livros, artigos), bem como, através da busca de informações junto aos órgãos responsáveis pelos dados das unidades de conservação, como secretarias estaduais e municipais do meio ambiente e institutos federais (IBAMA, ICMBio, SEMAR e

SEMAM).

Os dados levantados referem-se a: nome da UC, municípios de abrangência, bioma, área, categoria de uso (unidade de proteção integral ou de uso sustentável, de acordo com o SNUC), esfera responsável (municipal, estadual, federal ou particular) e se há ou não plano de manejo. Os dados de área e de municípios abrangidos foram atualizados de acordo com os decretos de criação.

Resultados e Discussão:

Nesse período de dez anos (2008-2018) os governos, das três esferas de poder, pouco investiram em abertura de novas unidades de conservação. O que mais se vê é a ameaça de fechamento e abandono de unidades de conservação, em especial as federais. Nessa instância, tem-se o Parque Nacional da Serra da Capivara sob forte ameaça de fechamento dada a impossibilidade financeira de se manter a unidade. O Parque Nacional de Sete Cidades está sem infraestrutura para visitação; hotéis e restaurantes que haviam no Parque foram fechados. A visitação reduziu consideravelmente nos últimos anos (inf. Pess.).

Somente no último ano (2017), o governo estadual mobilizou-se para a criação de dez novas unidades de conservação, sendo seis APAs e quatro Parques Estaduais. Entre essas unidades está o Parque Estadual do Rangel, o qual inclui, além da área da APA do Rangel, mais 23 mil hectares. Esse parque fará divisa com a Serra das Confusões.

O parque estadual Cânion do Rio Poty é outra proposta do Governo. Localizado no município de Pedro II, conta com aproximadamente 6.800 hectares. No município de Bom Jesus, ao sul do Estado, os governos municipal e estadual se mobilizam para a criação de uma unidade de conservação no entorno da Serra de Bom Jesus, onde se encontra o famoso “Teatro da Serra”, popular ponto turístico da região, em especial na Semana Santa onde ocorrem eventos. A área do parque é de 352,65ha.

Foram levantadas 50 unidades de conservação piauienses, das quais sete são propostas (Parques Estaduais do Rangel, do Cânion do Rio Poty, da Serra de Santo Antônio, das Orquídeas, Serra do Coã e da Lagoa do Portinho, além do Parque Ambiental da Serra de Bom Jesus), quatro foram criadas em 2017 por Decretos assinados no dia 05 de junho, os quais ainda não encontramos os números (APAs das Nascentes do Rio Canindé, das Nascentes do Rio Uruçui-Preto, Alto Curso dos Rios Gurgueia e Uruçui-Vermelho e das Nascentes do Rio Longá). Uma Estação Ecológica estadual foi criada no ano de 2008 – ESEC Chapada da Serra Branca – em área de Caatinga. Uma UC particular foi fechada no município de Batalha. O Horto Florestal de Campo Maior, uma vez que findou o prazo do contrato de 20 anos que assegurava o gerenciamento à Prefeitura, passou a ser de responsabilidade do IBAMA, o qual demonstrou interesse, segundo o site Portal de Campo Maior (2017), em vender o Parque para a iniciativa privada, que pode transformar a reserva em loteamento.

Em termos de quantidade de UC's por bioma, a maioria encontra-se em área de Floresta Decidual Mista, seguida pelas da Caatinga e do Cerrado, respectivamente (Figura 1). Os biomas de transição nas quais ocorrem sete UC's piauienses são as transições Caatinga/Cerrado, conhecida como Carrasco, e Caatinga/Floresta, comum na região conhecida como Meio Norte do Brasil.

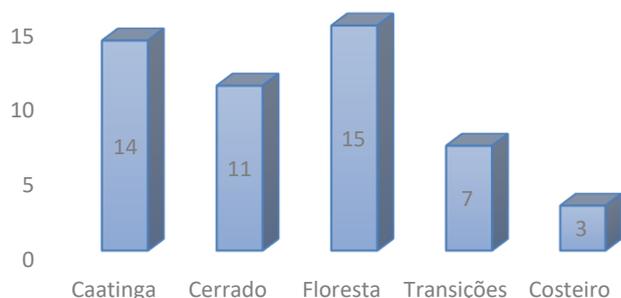


Figura 1 – Distribuição das unidades de conservação piauienses por bioma.

Apesar da grande quantidade de UC's em bioma de Floresta, o bioma mais protegido é o de Cerrado, com quase dois milhões de hectares preservados em UC (Figura 2). Em seguida está a Caatinga com quase 800 mil hectares. No Estado são três unidades em bioma Costeiro, sendo duas implantadas e uma proposta (o Parque Estadual Lagoa do Portinho).

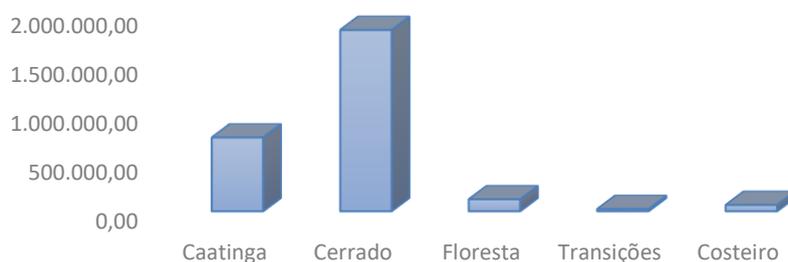


Figura 2 – Distribuição da área das unidades de conservação piauienses por bioma.

Os dados de Mendes (2008) revelam que àquela época, as UC's somavam aproximadamente dois milhões e quinhentos e setenta mil hectares. Agora, com as unidades criadas e as propostas (aquelas que já têm a área conhecida), esse valor é acrescido em quase duzentos mil hectares, passando o valor para 2.803.244,56 ha. Divergindo também dos dados de 2008, quando a Caatinga apresentava maior área protegida do que o Cerrado, atualmente o Cerrado apresenta maior área em UC.

Ainda sobre as categorias do SNUC, as UPI sobressaem-se com oito unidades a mais do que as UUS (Figura 3). Nesse caso não foram excluídas as unidades que estão no interior de outras. Duas UC's não se encaixam em nenhuma das terminologias propostas pelo SNUC, são elas: o Parque Ecológico Recanto das Palmeiras, de responsabilidade da prefeitura de Monsenhor Gil, e o Parque Paquetá, de propriedade particular, sem registro como RPPN ou em qualquer outra instância governamental.

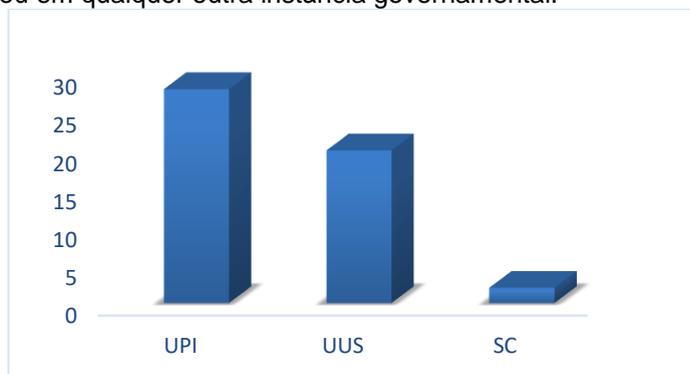


Figura 3 – Distribuição das unidades de conservação piauienses por categoria do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. UPI – Unidade de Proteção Integral; UUS – Unidade de Uso Sustentável; SC – Sem categoria definida.

Em termos de área por categoria, as UUS englobam maior parte da área das UCs (Figura 4). São quase 1,8 milhão de hectares sob uso sustentável. Para este cálculo foram excluídas as áreas que se sobrepõem. Isso significa que a maioria das áreas de UC's piauienses podem sofrer algum tipo de intervenção ou uso. A situação é agravada pelo fato de a maioria das UC's não possuir um plano de manejo para as atividades nela desenvolvidas. Apenas sete UC's possuem plano de manejo e as demais 43 unidades ou não possuem o plano ou não foram encontradas informações sobre os mesmos, sendo grande a possibilidade deles não existirem.

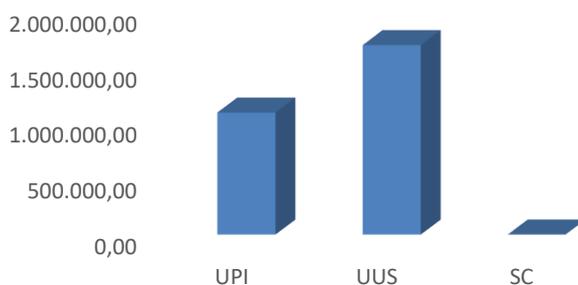


Figura 4 – Distribuição das áreas das unidades de conservação piauienses por categoria do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. UPI – Unidade de Proteção Integral; UUS – Unidade de Uso Sustentável; SC – Sem categoria definida.

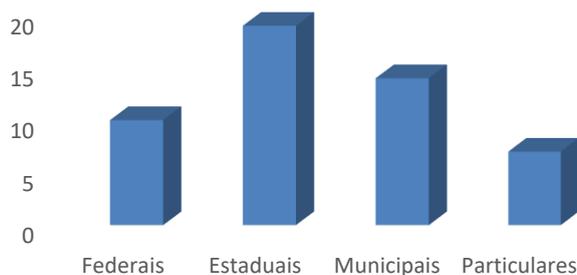


Figura 5 – Distribuição das unidades de conservação piauienses por esfera de poder.

Quanto à esfera de poder que rege a unidade de conservação, temos 19 estaduais, 14 municipais, 10 federais e sete particulares (Figura 5). Nota-se o crescimento do interesse do poder público estadual em investir em áreas protegidas, em especial nos últimos dois anos.

Conclusões:

Foram contabilizadas 50 UC's no Estado entre estabelecidas e propostas, com um acréscimo de mais de 200 mil hectares nos últimos dez anos. O bioma mais protegido no Estado é o Cerrado, com mais de 1,8 milhão de hectares em 11 unidades, seguido pela Caatinga, com mais de 700 mil hectares protegidos em 14 unidades. Dessa forma, considerando a área total do Estado, pouco mais de 11% das terras piauienses estão protegidos em unidades de conservação, percentual que há dez anos atrás era de aproximadamente 10%. Um percentual significativo quando comparado a outros estados brasileiros.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências**. Brasília, DF, 2000.

BRITO, M.C.W. **Unidades de conservação**: intenções e resultados. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000. 230p.

CAMACHO, R.G.V; BAPTISTA, G.M.M. Análise geográfica computadorizada aplicada à vegetação da Caatinga em unidades de conservação do Nordeste: Estação Ecológica do Seridó-ESEC/RN/Brasil. In: **Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, XII. v. 1. p. 2611-2618. 2005.

MACHADO, R.B.; RAMOS-NETO, M.B.; PEREIRA, P.G.P.; CALDAS, E.F.; GONÇALVES, D.A.; SANTOS, N.S.; TABOR, K.; STEININGER, M. **Estimativas de perda da área do cerrado brasileiro**. Relatório técnico. Conservação Internacional, Brasília, DF, 23p.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C.E.F. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional**: Relatório Final. Brasília: UNEP-WCMC, 2011. 120p.

MENDES, M.M.S. Categorias e distribuição das unidades de conservação do estado do Piauí. **Diversa**, v.1, n.2, p.35-53, 2008.

MMA/IBAMA/PNUD. **Relatório técnico de monitoramento do desmatamento no bioma Cerrado, 2002 a 2008**: dados revisados. Brasília: CSR/IBAMA, 2009. 75p.

PORTAL DE CAMPO MAIOR. **Ibama quer vender horto florestal**. Disponível em: <http://www.portaldecampomaior.com.br/_p/index.php/2016-01-29-01-56-39/1979-ibama-quer-vender-horto-florestal-e-parque-ambiental-pode-deixar-de-existir>. Acesso em 25 fev 2018.

SUZUKI, Natália. **Caatinga é um dos biomas mais ameaçados do planeta**. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2006/04/caatinga-e-um-dos-biomas-mais-ameaçados-do-planeta/>> Acesso em: 26 fev. 2018.

Sítios consultados para levantamento das unidades de conservação

<https://ecozone.files.wordpress.com/2014/07/parques-ambientais-de-teresina-janeiro-2013.pdf>

<http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn>

http://www2.codevasf.gov.br/programas_acoes/programa-florestal-1/acoes-florestais-na-bacia-do-parnaiba/unidade-de-conservacao-do-piaui

<https://uc.socioambiental.org/uc>

<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao>